



A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL A CRIANÇA NEURODIVERGENTE NO ENSINO REGULAR: PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA UM DESAFIO A SUPERAR

THE IMPORTANCE OF EDUCATIONAL ASSISTANCE FOR NEURODIVERGENT CHILDREN IN REGULAR EDUCATION: FAMILY AND SCHOOL PARTNERSHIP A CHALLENGE TO OVERCOME

Elizanir dos Santos SILVA¹

Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

E-mail: elizanirsilva@unitins.br

ORCID: <http://orcid.org/0009-0006-3697-5354>

Simara de Sousa MUNIZ²

Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

E-mail: simara.sm@unitins.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9725-1970>

RESUMO

A inclusão de crianças neurodivergentes no ensino regular é um tema que vem ganhando destaque nas discussões sobre educação, uma vez que a parceria entre família e escola é fundamental para garantir o desenvolvimento educacional e a adaptação desses alunos. Esse processo de inclusão envolve diversas dimensões que merecem ser exploradas. O artigo tem por objetivo discutir a importância da parceria entre família e escola para o desenvolvimento educacional de crianças neurodivergentes no ensino regular. A metodologia é qualitativa e se baseia em levantamento bibliográfico, baseado em teóricos como: Garcia (2017), Mantoan (2011), Vygotsky (1991), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996); a Política Nacional de Educação Especial de (1994) e a Base Nacional Comum

¹Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins (campus Araguatins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9989315019385569>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3697-5354>. E-mail: elizanirsilva@unitins.br.

² Doutora em Letras: Ensino de Língua e Literatura - UFNT (2022). Doutoranda em Educação na Amazônia - PGEDA, Associação Plena em Rede (EDUCANORTE/UFT). Possui Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura-UFT (2017). Graduada em Letras pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2019). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (2014). Atualmente, vinculada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins. Membro do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humano - CEP da Faculdade de Ciências do Tocantins-FACIT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5712970996850848>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9725-1970>. E-mail: simara.sm@unitins.br

Curricular (BNCC) (2018). A inclusão de crianças neurodivergentes no ensino regular é um desafio que exige um esforço conjunto e contínuo entre família e escola. A colaboração mútua entre esses dois atores é essencial para garantir que as necessidades educacionais dessas crianças sejam atendidas de maneira adequada e eficaz, no entanto, a superação das barreiras enfrentadas pelos educadores, como a falta de formação específica e recursos adequados, exige um investimento contínuo em capacitação e desenvolvimento profissional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Especial e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam a necessidade de um sistema educacional inclusivo e capacitado para lidar com a diversidade.

Palavras-chave: Escola. Família. Inclusão. Neurodivergente.

ABSTRACT

The inclusion of neurodivergent children in regular education is a topic that has gained prominence in discussions about education, since the partnership between family and school is essential to guarantee the educational development and adaptation of these students. This inclusion process involves several dimensions that deserve to be explored. The article aims to discuss the importance of the partnership between family and school for the educational development of neurodivergent children in regular education. The methodology is qualitative and is based on a bibliographical survey, based on theorists such as: Garcia (2017), Mantoan (2011), Vygotsky (1991), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996); the National Special Education Policy of (1994) and the National Common Curricular Base (BNCC) (2018). The inclusion of neurodivergent children in regular education is a challenge that requires a joint and continuous effort between family and school. Mutual collaboration between these two actors is essential to ensure that the educational needs of these children are met adequately and effectively, however, overcoming the barriers faced by educators, such as the lack of specific training and adequate resources, requires continuous investment in training and professional development. The National Education Guidelines and Bases Law (LDB), the National Special Education Policy and the National Common Curricular Base (BNCC) reinforce the need for an inclusive educational system capable of dealing with diversity.

Keywords: School. Family. Inclusion. Neurodivergent.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional, a figura do professor desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, indo além da transmissão de conhecimento. Esta pesquisa explora as dificuldades dos profissionais da educação referente ao atendimento da criança neurodivergentes na classe de ensino regular e nos ambientes escolares promotores de aprendizagem feito por agrupamentos. Em fases de aprendizagem científica básicas e interação social, visualizado durante o processo de estágio em sala de aula, destaca-se a importância de uma abordagem colaborativa entre família e escola como rede de apoio ao desenvolvimento educacional e ao bem-estar emocional de crianças, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e afetivo (Mendes, 2010).

A investigação busca responder a uma questão central: de que maneira as orientações para o atendimento de crianças neurodivergentes em salas de aula regulares estão sendo aplicadas, especialmente em situações de crise no ambiente escolar? Com isso, espera-se revelar novas possibilidades de intervenções que favoreçam o acesso e a permanência dessas crianças no contexto escolar, ao mesmo tempo em que se enfrenta os desafios relacionados às mudanças comportamentais atípicas e às dificuldades de adaptação no decorrer das aulas.

O objetivo é discutir como a parceria entre família e escola impacta o desenvolvimento educacional e a adaptação de crianças neurodivergentes no ensino regular. Para isso, propõe-se: (1). Compreender o papel da família no apoio ao processo de inclusão escolar; (2). Identificar as barreiras enfrentadas pelos educadores no atendimento a essas crianças e como a família pode colaborar nesse processo; (3). Analisar a formação e capacitação dos profissionais da educação para garantir um atendimento inclusivo; (4). Examinar práticas eficazes e os desafios na relação entre família e escola, visando a inclusão educacional de crianças neurodivergentes.

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, com base em levantamento bibliográfico, buscando compreender o desconforto dos profissionais da educação no atendimento a crianças neurodivergentes em salas de aula regulares. Considera-se que o ambiente escolar é um espaço essencial para a conexão entre aprendizagem,

comunicação e desenvolvimento afetivo. As principais referências teóricas baseiam-se em autores como Garcia (2017), Mantoan (2011), Vygotsky (1991), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996); a Política Nacional de Educação Especial de (1994) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018).

Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate e ofereça reflexões práticas sobre o atendimento e a permanência de crianças neurodivergentes nas escolas. Ao proporcionar um ambiente mais inclusivo, tanto os educadores quanto os estudantes poderão beneficiar-se de práticas pedagógicas que valorizam o desenvolvimento integral, reforçando a importância de uma rede de apoio entre escola, família e a comunidade educacional como um todo.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO APOIO AO PROCESSO EDUCACIONAL DA CRIANÇA NEURODIVERGENTE

A família cumpre o papel vital na educação de uma criança neurodivergente pois todo processo de ensino é iniciado no âmbito da família é de extrema relevância, quando se trata das crianças que apresentam características neurodivergentes, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Dislexia, possuem necessidades específicas no ambiente escolar. Segundo Vygotsky (1991), o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação social, o que torna a participação ativa da família essencial para o processo de aprendizagem da criança.

A educação dessas crianças depende de uma rede de apoio, integrada entre família, escola e profissionais de saúde, mais do que o direito de exercer o poder familiar, tem o dever de escolha educacional, partindo do princípio que sua responsabilidade de cuidados a saúde permanece soberano, em qualquer instituição, a escola garante o processo de inclusão pelo ensino diário, respeito as diversidades, tolerância as comorbidades e parceria de cuidados e qualidades de vida junto aos pais como preconiza a lei 13.005/2014 (Brasil, 2014). Garantindo diariamente direito ao acesso e permanência da criança ao ensino de qualidade e acolhimento principalmente nos momentos de crises patológicas e extremas mudanças de comportamento.

Educar uma criança, nesse sentido, tem a ver com a formação integral do indivíduo quer seja ele neurodivergente ou não. Ele precisa ser priorizado no

atendimento as suas especificidades e acolhido com afeto e respeito por ser sujeito de direito com limitações pertinentes mas sujeito de direito. Entre as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), por fim, encontra-se a referência explícita à colaboração das famílias em variados papéis educacionais, entre eles o do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado.

No Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 em seu art. 205, evoca orientação que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2021, Art. 205).

Como aponta Lima (2016), o apoio familiar é a ponto crucial e determinante para o sucesso educacional de crianças com necessidades especiais, por garantir a continuidade dos estímulos produzidos e recebidos na escola. Nesse contexto, a família assume um papel fundamental, sendo responsável por fornecer um ambiente emocionalmente seguro, estável e incentivador. A participação familiar vai além de auxiliar nas tarefas escolares, ela envolve a criação de um ambiente que valorize o conhecimento, promova a autonomia e compreenda as especificidades da criança.

Em suma, a Educação Inclusiva é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde cada indivíduo é valorizado em sua singularidade. A parceria entre professor, família e escola é o caminho para a concretização desse ideal, promovendo uma Educação Inclusiva e acolhedora, além das paredes da sala de aula (Aragão, 2023, p. 221).

Além disso, o conhecimento sobre as características da neurodivergência é um dos pilares desse apoio. Pais e responsáveis que compreendem as particularidades da condição da criança conseguem atuar de maneira mais eficaz, identificando suas dificuldades e potencialidades. Em suas concepções, Garcia (2017), entende a necessidade da formação dos pais em torno das questões da neurodiversidade, onde será possível entregar o devido apoio aos seus filhos de maneira positiva e da forma mais correta possível, onde essa capacitação pode incluir desde participação em grupos de apoio até consultas com especialistas, de modo a prover à criança o suporte necessário. Ressaltando que pode haver também a colaboração entre família e escola

como parceiros, realizando melhor as especificidades da inclusão e funcionando de maneira mais efetiva dentro da escola e fora dela. “As redes de apoio desempenham um papel essencial na inclusão escolar, oferecendo um suporte fundamental para a adaptação e desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais” (Boechat *et al*, 2024, p. 9).

A criança ingressa na escola não é para ser escolarizada apenas, mas humanizada, sociável, olhada como, sujeito que nas suas limitações podem se sentir parte do mundo globalizado pelo o estímulo do contato direto, por isso a escola precisa ser vista pela família como um forte aliado de possibilidades das crianças neurodivergente avançar de forma significativa seu desenvolvimento motor, psíquico, social e cognitivo.

As barreiras da permanência ainda se tornam uma jornada travada em desafios, exclusão e incapacidade dentro da escola e isso invalida a qualidade do currículo que atendam às necessidades das crianças neurodivergentes precisam de um componente curricular adaptável, metodologia ativas de ensino para que possam atingir os objetivos acadêmicos sociável das crianças pelo processo da inclusão na prática pedagógica. De acordo com Mantoan (2011), a escola inclusiva depende de uma parceria com a família, que exige uma comunicação transparente e frequente entre as partes para que o processo de aprendizagem possa ser significativo e acessível com foco no desenvolvimento integral da criança.

No entanto, Gaiato e Lopes (2017), Mantoan (2011), Garcia (2017) relatam que o impacto emocional nas famílias pode ser intenso, e é fundamental que elas tenham redes de apoio para evitar a sobrecarga emocional, onde também a logística para as famílias não ser negligenciada. Cuidar de uma criança neurodivergente muitas vezes implica em lidar com desafios que afetam a rotina familiar como um todo, exigindo apoio externo e, em muitos casos, orientação psicológica acessivo as necessidades e direito das crianças para os pais. Assim, políticas públicas que ofereçam suporte especializado e acesso a recursos são fundamentais para o bem-estar dessas famílias. “A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamento, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo” (Mantoan, 2011, p. 37).

Contudo, o suporte frequente da família a escola força a relevância de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, enfatizando que o desenvolvimento de estudantes neurodivergente frequentar a escola e aprender não é apenas um desejo dos pais ou responsáveis, mas um direito que todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade digna, respeitosa, educativa, protagonista e sociável (Gaiato; Lopes, 2017). Em síntese, o papel da família no apoio ao processo educacional da criança neurodivergente é complexo e variada; vai além de responsabilizar a escola pelo por receber, cuidar e ensinar a criança também de prestar socorro nas suas inúmeras vezes de crises.

A chegada da criança na instituição vinculada pela matrícula de oferta ao ensino; não pode ser negligenciada pelos pais informações de amabilidades da criança, comorbidades, limites, crises, restrições alimentares, fisiológicas emocionais e cognitivas. Em contrapartida a escola não se limita a oferta na sala comum, porém reque amabilidades, ao receber a criança, conhecer seus limites, suas comorbidades e estreitar vínculos com os pais. A responsabilidades e segurança a vida da criança é coparticipativa família e escola.

A escola oferta o ensino, garante a aprendizagem com afeto, monitora a segurança e a família o pertencimento legal materno e judicial. Criança neurodivergente estando na escola pais ficam de sobre aviso mesmo que a unidade seja de tempo integral a família ficará em tempo integral de sobre aviso para assumir a responsabilidade do cuidado com a saúde plena da criança. Na crise mãe busca, leva ao médico ajuda aquietar as estereotípias faz ponte de diálogo com as demais mães e contribui com o bem-esta de as professoras para com amor ensinarem todas as crianças. O bem-estar das crianças na escola depende da articulação de cuidado e afeto com as crianças na escola e família juntos na solicitação emergencial ou não.

Os Desafios e as Barreiras Enfrentadas pelos Profissionais da Educação no Atendimento a Criança Neurodivergente

Os profissionais da educação enfrentam diversos desafios no atendimento de crianças neurodivergentes, um termo que abrange condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras. Diante das realidades escolares, destaca-se que ainda há

inúmeros desafios, no que diz respeito ao atendimento adequado aos estudantes neurodivergente, contudo, os professores precisam buscar estratégias, ser criativos, contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, nessa perspectiva de ensinagem (Boechat *et. al*, 2024).

A inclusão dessas crianças no ambiente escolar envolve não apenas o reconhecimento de suas necessidades específicas, mas também a adaptação das práticas pedagógicas. “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades” (Mantoan, 2003, p. 24). O autor aponta que a inclusão é um processo contínuo e exige mudanças profundas na estrutura e cultura das instituições escolares, indo além de uma preparação técnica, os educadores precisam enfrentar barreiras estruturais, mudanças de pensamento, atitudes que muitas vezes arraigadas em uma visão tradicional de ensino na maioria dos profissionais da educação.

Um dos principais desafios enfrentados pelos educadores é a falta de formação adequada desde o acolhimento dessas crianças ao pleno desenvolvimento escolar que se inicia. Muitos cursos de formação de professores ainda negligenciam ou abordam superficialmente a questão da neurodiversidade. As concepções de ensino continuam focado no estudante não atípico, as prioridades do poder público caminham pelo viés de garantir a oferta e a escola a permanência sem planejamento estratégico de validar a necessidade específica do estudante e que com isso muda a rotina da escola, o currículo, a ensinagem e a qualidade de vida que a escola pode proporcionar quando compreende o que ele precisa aprender.

De acordo com Capellini, Mendes e Arantes (2010), é presente uma lacuna demonstrativa entre o que os cursos de pedagogia oferecidos e o que é necessário para exercer o trabalho com alunos neurodivergentes, onde reflete-se no desconhecimento sobre como adaptar as metodologias de ensino para atender crianças com necessidades educacionais específicas, o que pode resultar em práticas pedagógicas excludentes ou ineficazes. Muitos professores, assistente de alunos e profissionais da educação não recebem treinamento suficiente para lidar com as necessidades específicas desses alunos, o que pode resultar em práticas pedagógicas ineficazes e, por vezes, prejudicial, excludente e sem intencionalidade.

Além da formação, outro obstáculo relevante é a falta de recursos pedagógicos e materiais adequados. Muitas escolas não contam com os instrumentos necessários para implementar as adaptações recomendadas para crianças neurodivergentes, como materiais visualmente mais acessíveis ou recursos tecnológicos de apoio. As adaptações de material de suporte podem ser recicláveis desde que tenha aparato que der vida a esses objetos, para ele fazer sentido para a criança ou estimular pelo belo. Nesse sentido, a ausência de investimentos por parte dos governos e das instituições privadas dificulta a implementação de uma educação inclusiva de qualidade. O professor precisa ser orientado sobre as limitações dessas crianças e como compreender suas necessidades de aprendizagem, que recursos utilizar e como construir tudo isso e aplicar com intencionalidade pedagógica, tempo de internalização ou processo cognitivo, a família merece também esse apoio pedagógico de formação integral do seu filho. De acordo com Batista (2024):

Dessa forma, as principais dificuldades no processo de inclusão incluem a falta de informação e conhecimento, bem como a escassez de capacitação e formação contínua para os professores lidarem adequadamente com as necessidades dos alunos, falta de apoio das famílias, superlotação das salas de aula, sobrecarga de trabalho, a pressão por avaliação de desempenho, a necessidade de assistência especializada em sala de aula, a urgência na implementação de políticas educacionais eficazes, a falta de recursos, os obstáculos estruturais, a infraestrutura inadequada e a falta de investimento (Batista, 2024, p.6).

O Plano Educacional Individualizado (PEI), outra proposta sem formação agregada ao planejamento do professor visto que a implantação deste documento norteador em sua implantação foi direcionada a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), assim o professor repensa a metodologia específica de ensino, uma vez que a atividade não pode ser única para todas as crianças com deficiência, pois, cada ser é único, com características peculiares. Portanto, a maioria das escolas adotaram a proposta de PEI em sala comum de ensino, onde tem o estudante neurodivergente em sala de aula e não dispõe do assistente de aluno como suporte, dificultando ainda mais o processo e tornando a cada dia a escola excludente inclui em sala mais exclui na aprendizagem significativa.

Ademais, somando esses fatores acarreta os profissionais da educação levando a todos serem babas deste estudante e não facilitador da aprendizagem da qual ele está ali na escola em busca de sentido e significado para vida social com a família. Outro

fator relevante é o tempo e a carga de trabalho dos professores. O atendimento individualizado, necessário para garantir a aprendizagem de crianças neurodivergentes, demanda mais tempo e dedicação.

Entretanto, em salas de aula superlotadas e com demandas burocráticas excessivas, os professores muitas vezes encontram dificuldades para prestar esse atendimento diferenciado, porque a escola também não está adaptada as necessidades dessas crianças em inúmeros fatores como alimentação, espaço físico, material adequado material possível de reciclar e ficar estimulante ao estudante, despreparo da maioria dos profissionais da escola principalmente professor e cuidador ou assistente de aluno, portando acaba caindo na relatividade do cuidado (Garcia, 2017).

A estes fatores contribui para que a criança não tenha evolução e muitas das vezes estimulam as crises em sala de aula fugindo do controle do professor por ter pouca orientação de como proceder na crise ou aceleração de comportamento, remetendo ao professor uma responsabilidade que é coletiva: poder público de garantir estrutura adaptável de qualidade, família de rede de suporte constante mesmo em sala de aula, da escola em ter conhecimento das limitações da criança de como ensinar e conter na crise até que se chama a família, saúde ou família.

A falta de apoio especializado também é uma barreira constante. Muitos professores relatam que não têm acesso a equipes multiprofissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais ou fonoaudiólogos, que poderiam auxiliar no desenvolvimento de estratégias mais eficazes para o atendimento dessas crianças. É fundamental essa rede de apoio no processo de aprendizagem onde estudantes e professores absorve com clareza o potencial de ensinar e aprender. A colaboração de especialistas é essencial para o sucesso da inclusão, uma vez que o professor sozinho muitas vezes não tem todas as ferramentas necessárias para lidar com as diferentes demandas. A ausência de apoio sistemático acaba por isolar o professor, dificultando ainda mais a implementação de práticas inclusivas (Lima, 2016).

Nessa perspectiva diversificada o profissional enfrenta barreiras desafiadoras no cotidiano, sendo, falta de recursos financeiros e o grande número de estudantes por sala impactando na falta de materiais adequados, muitas vezes, ausência de um profissional do AEE, para auxiliar os professores adequadamente, principalmente aqueles que não passaram por quaisquer formações na área da educação especial, e a

falta de parceria de familiares e escola também é um fator crucial para o desenvolvimento do estudante, pois a contribuição da família leva para o sucesso escolar das crianças as famílias.

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (Mantoan, 2003. p.30).

A escola é uma ponte de possibilidades de avanço deste estudante, mas é a família que conhece a realidade física, emocional, social e a esse. É nesse contexto coletivo que a inclusão pode ser efetivada, para evoluir o rendimento de toda a turma destituindo a barreira comum nas escolas e turmas comum de ensino, onde educadores e gestores não resistem à inclusão, seja por falta de conhecimento, seja por acreditar que o ambiente escolar regular não é o local adequado para crianças neurodivergentes. Como observa Sasaki (1997), a inclusão é, antes de tudo, uma ideia capaz de mudar uma sociedade superando todos os preconceitos e estereótipos, a fim de promover uma educação inclusiva efetiva, envolvendo não somente em mudanças práticas e estruturais, mas também uma transformação cultural dentro das escolas, que permita a aceitação e valorização da diversidade.

Formação e Capacitação dos Profissionais da Educação para o Atendimento Inclusivo

A formação e capacitação dos profissionais da educação para o atendimento inclusivo tem se mostrado um desafio crescente, especialmente diante das exigências contemporâneas de uma educação que atenda à diversidade. O conceito de educação inclusiva se baseia na ideia de que todos os estudantes, independentemente de suas capacidades ou limitações, têm o direito de aprender em um ambiente que valorize suas diferenças e que promova sua participação ativa.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas regulares com essa orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e construindo uma sociedade inclusiva. Nesse contexto, a formação dos professores se torna central para garantir

que esses objetivos sejam atingidos no interior da escola de que independente de sua necessidade ou deficiência todas as crianças têm direito de aprenderem juntas em sala de aula e esse espaço escola da dignidade a criança que vivia isolada do mundo, das pessoas, da manipulação dos objetos ou de conviver.

A capacitação dos profissionais da educação para a inclusão exige, antes de mais nada, uma reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura e pedagogia, de forma que incorporem os princípios da educação inclusiva. Não basta conhecer a legalidade, se apropriar do processo é de responsabilidade de todos que perpassa pelo processo de aprender, ensinar, educar e cuidar.

Para Mendes (2010), essa formação precisa estar pautada na compreensão das políticas de inclusão e em uma base teórica sólida que forneça aos professores as ferramentas necessárias para lidar com a diversidade em sala de aula. Isso inclui o conhecimento sobre as legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, (Brasil, 2015) que estabelece diretrizes para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

No entanto, muitos profissionais relatam sentir-se despreparados para atender às necessidades dos alunos com deficiência, o que demonstra a necessidade urgente de um investimento maior em programas de formação continuada em serviço com normatização própria garantindo tempo para o professor estudar e aprimorar seus conhecimentos científicos e pedagógicos.

Sendo assim, no que se refere a formação continuada podemos destacá-la como fator relevante, tendo em vista que o professor deve centralizar em saber como aplicar sua prática na sala de aula, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento do aluno sem deficiência como também do aluno com deficiência (Santos, 2019. p. 40).

A formação continuada se apresenta como uma estratégia indispensável para a atualização constante dos educadores, uma vez que a educação inclusiva é um campo em constante transformação. Além disso, a capacitação deve promover não apenas o conhecimento técnico, mas também o desenvolvimento de uma postura ética e acolhedora, Para Mantoan (2005. p. 50), “A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção”. É fundamental que reconheça e valorize as potencialidades de cada aluno, compreender que mesmo com limitações as crianças neurodivergentes podem

ter uma aprendizagem significativa de acordo seu potencial principalmente nas áreas de superfoco de cada uma (Mantoan, 2006).

Entretanto, apesar do reconhecimento da importância da capacitação para a inclusão, há desafios significativos que precisam ser superados. A falta de investimento público na formação dos professores é um dos principais obstáculos, assim como a escassez de recursos nas escolas para implementar práticas inclusivas de forma eficaz. Em Dessa forma, inclusão é uma necessidade urgente e demanda um olhar atento para as necessidades práticas e teóricas dos educadores.

A formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas educacionais. Inúmeros países vêm desenvolvendo políticas e ações agressivas na área educacional cuidando, sobretudo, dos formadores, ou seja, dos professores, que são os personagens centrais e mais importantes na disseminação do conhecimento e de elementos substanciais da cultura (Gatti, 2013, p. 35).

A inclusão só será possível quando os professores estiverem preparados, tanto no aspecto técnico quanto no humano, para lidar com as diferenças. Dessa forma, os profissionais da educação estarão aptos a promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que valorize a diversidade e o desenvolvimento humano e social dos estudantes (Gatti, 2013). É importante também destacar que os profissionais da educação devem ter conhecimento sobre as diversas condições neuropsicológicas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o TDAH, a dislexia, entre outras, e compreender as abordagens pedagógicas mais eficazes para cada situação.

Negar-se à prática inclusiva é fechar as portas às vítimas e negar o espaço público, o que faria da escola uma espécie de máquina de exclusão. A Inclusão Escolar e a Educação Inclusiva surgem como demandas desafiadoras, não sendo uma tarefa fácil, mas é missão da escola e da sociedade. Essa dinâmica exige cada vez mais estudo, dedicação e empatia, por meio de um trabalho sistemático e planejado para assegurar aprendizagens (Uchôa, Chacon, 2022, p.3).

A capacitação deve, portanto, ser prática e contínua, envolvendo desde a adaptação de conteúdos curriculares até o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tanto para os educadores quanto para os próprios alunos. A implementação de programas de formação voltados à inclusão escolar é um aspecto importante para garantir que os profissionais da educação estejam aptos a oferecer um

atendimento de qualidade a todas as crianças, respeitando suas particularidades e garantindo seu pleno direito à educação.

Práticas Eficazes e os Desafios Enfrentados entre Famílias e Escola

As relações entre a escola e a família desempenham um papel crucial no desenvolvimento integral dos alunos, visto que ambas as instituições compartilham a responsabilidade pela educação e formação das crianças e jovens. “A construção de pontes efetivas entre escola e família é, portanto, um desafio contemporâneo crucial para o sucesso educacional”. (Santana, *et al.* 2024, p. 4). Práticas eficazes nesse âmbito exigem uma colaboração contínua e estruturada, que fomente o envolvimento ativo dos pais no processo educacional, que reflète a importância dessa parceria para a promoção do sucesso escolar e do desenvolvimento social dos estudantes.

Um dos principais desafios enfrentados nessa parceria é a falta de diálogo e comunicação eficaz entre escola e família. Muitos pais não possuem uma compreensão clara das práticas pedagógicas ou da organização escolar, o que pode dificultar seu engajamento.

Atualmente há a necessidade de a família estar em contato direto com a escola e vice-versa, porque a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares propícios para o desenvolvimento de seus filhos e alunos. Ambas, família e escola, dependem uma da outra na tentativa de alcançar seus objetivos, possibilitando um futuro melhor para o filho e educando e, também, para a sociedade em geral (Lazzaretti, 2016, p. 4).

A ausência dessa comunicação pode resultar em desentendimentos ou até mesmo na desvalorização da educação formal no ambiente familiar, prejudicando o rendimento escolar dos alunos. Além disso, o tempo disponível para o envolvimento parental é uma barreira significativa. Famílias em situação de vulnerabilidade social ou cujos responsáveis trabalham em horários prolongados enfrentam dificuldades para comparecer às reuniões escolares ou participar ativamente da vida escolar dos filhos.

Por outro lado, práticas eficazes de integração podem ser encontradas em escolas que adotam políticas de acolhimento e inclusão das famílias em atividades escolares, como projetos pedagógicos e eventos que permitam a participação ativa dos responsáveis. A criação de um ambiente acolhedor e aberto à participação dos pais pode reduzir barreiras e fomentar o engajamento (Sampaio, 2012). Outro ponto que

merece destaque é a formação e capacitação de educadores para lidar com a diversidade de configurações familiares. Com a crescente pluralidade de famílias na sociedade contemporânea, a escola precisa estar preparada para incluir e respeitar diferentes formas de organização familiar.

É essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa, exigindo a formação de professores em direitos humanos. Apesar dos avanços na legislação brasileira, os desafios persistem devido à falta de recursos e preconceitos. A formação docente carece de ser aprimorada para incorporar práticas inclusivas e competências emocionais e éticas, preparando os educadores para serem agentes de mudança. A escola deve ser um ambiente acolhedor e transformador, respeitando as necessidades dos alunos e promovendo a cidadania e a justiça. A educação deve ser vista como um direito, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e igualitária (Silva; Mercado, 2024.p.208).

Por fim, o estabelecimento de uma parceria sólida entre família e escola enfrenta o desafio de superar preconceitos e estigmas que muitas vezes surgem de ambas as partes. As famílias podem sentir-se intimidadas ou desvalorizadas pelos profissionais da educação, enquanto a escola, por sua vez, pode nutrir expectativas irreais sobre o papel das famílias (Libâneo, 2010).

METODOLOGIAS

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica, com seleção de autores reconhecidos na área da atuação, a fim de identificar as abordagens mais eficazes para trabalhar com estudantes neurodivergentes. A pesquisa bibliográfica, pelos seus atributos, onde Gil (2002, p.45) entende que a principal vantagem da “Pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa qualitativa, ainda de acordo com Gil (2002) envolve uma exploração detalhada das perspectivas e experiências das pessoas, com a busca por interpretar o significado desses fenômenos em seus próprios contextos. Ao invés de se concentrar em resultados generalizáveis, a pesquisa qualitativa busca aprofundar-se em um entendimento contextual e dinâmico de como as pessoas experienciam suas realidades.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem essencial para a compreensão profunda das realidades humanas, enfatizando a interpretação e o contexto. Ao invés de procurar padrões numéricos ou generalizações amplas, ela foca nas experiências individuais e no significado que as pessoas atribuem a essas experiências.

Os artigos e livros selecionados foram baseados em sua **autoridade teórica**, **influência acadêmica** e **utilidade prática** na área de pesquisa qualitativa. Eles oferecem uma combinação de fundamentação teórica, abordagens metodológicas e exemplos práticos que são essenciais para quem deseja entender ou aplicar os métodos qualitativos de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo discutir como a parceria entre família e escola impacta o desenvolvimento educacional e a adaptação de crianças neurodivergentes no ensino regular. Ao explorar as dificuldades dos profissionais da educação referente ao atendimento da criança neurodivergentes na classe de núcleo comum de ensino e como a parceria entre família e escola é possível perceber o desenvolvimento educacional e a adaptação de crianças neurodivergentes no ensino regular, é necessária uma interação mútua e inclusiva, partindo de encontros formativos para desenvolver aulas planejadas e adaptadas as dificuldades das crianças.

A pesquisa revela que as políticas públicas são voltadas apenas para a oferta como garantia de acesso e permanência dessas crianças no contexto escolar. Revelando que uma força tarefa entre família e escola com urgência de parceria para tornar se rede de apoio que mobilizem ambos ajudarem mutuamente na busca de acessibilidades dos recursos junto ao poder público exigir que os ambientes sejam adaptáveis e favoráveis ao atendimento de qualidade validando o processo de inclusão das crianças.

Promover um olhar sensível sobre as crianças neurodivergente atendidas na escola, principalmente em sala regular, foi de grande valia acadêmica as leituras, os posicionamentos dos autores e as vivencias da escola que também fortaleceu o aprendizado significativo de compreensão científica da temática inclusão de qualidade que pelo resultado da pesquisa fica a motivação por investigar qual sentimento que tem esse sujeito adulto dentro do ensino médio e superior.

A inclusão escolar é um processo dinâmico criterioso que demanda zelo, compromisso e conhecimento científico na área, porém concluir teoricamente a pesquisa os entraves de acervo foi o que dificultou o processo de leituras e aprofundamento do assunto em discussão visto que parte dos profissionais de educação sente essas dificuldades de informação teórica. Portanto o engajamento escolar inclusivo não se efetiva com eficácia na prática do chão da escola; contudo carece de reflexão e compreensão do processo inclusivo e sobre a importância de se ajudarem mutuamente como rede de apoio entre escola, família e comunidade educacional como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. C. L. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 7, p. 218–232, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/146>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BATISTA, Patrícia do Nascimento. **INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS NEURODIVERGENTES**: Guia prático em contributo a formação continuada docente. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/31318>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BOECHAT, G. P. F.; SANTOS, A. L. de J. P. dos; MOURA, C. C. de; GONDIM, C. da S. R.; LÔBO, Ítalo M.; MATA, S. A. da. A Influência da Participação familiar e das Redes de Apoio na Inclusão Escolar de Estudantes Neurodivergente. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 8, p. e 5956, 2024. DOI: 10.54751/revista_foco. v. 17, n8-111. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5956>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 205. Senado Federal, Brasília, DF: 1988. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2_016.pdf Acesso em: 6 nov. 24.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: 7 jul. 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 6 nov. 24.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL A CRIANÇA NEURODIVERGENTE NO ENSINO REGULAR: PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA UM DESAFIO A SUPERAR. Elizanir dos Santos SILVA; Simara de Sousa MUNIZ. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE NOVEMBRO - Ed. 56. VOL. 01. Págs. 50-69. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

BRASIL. **Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.** Diário Oficial da União, *Brasília, DF*: 2021. <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=205> Acesso em: 6 nov. 24.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, *Brasília*: 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 6 nov. 24.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação e Cultura, Brasília: 1994.* <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 6 nov. 24.

CAPELLINI, V. L. M. F.; Mendes, E. G.; Arantes, V. A. **Inclusão escolar: Atendimento às necessidades educacionais especiais no contexto da sala de aula.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FREIRE, P. A. **Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991 https://static1.squarespace.com/static/64678e9a8c89c82dc2d6ee59/t/6553b455dda7286a5f3a077b/1699984517025/a-educacao-na-cidade-paulo-freire_11zon.pdf Acesso em: 6 nov. 24.

GAIATO, T.; Lopes, P. A. A importância do apoio psicológico para famílias de crianças com necessidades especiais. **Psicologia e Família**, 6, 15-24. 2017.

GARCIA, R. L. **Inclusão e Educação: Processos e Políticas Públicas.** São Paulo: Editora Atlas, 2017.

GARCIA, R. L. **O papel da escola na inclusão de crianças com deficiência.** São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GATTI, B. A. **Formação de professores e a valorização da diversidade.** São Paulo: Cortez, 2013.

GATTI, Bernadete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 100, p. 33–46, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164>. Acesso em: 31 out. 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** Ed. Atlas, 2002. <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas.2002./view>. Acesso em: 07 nov. 2024.

LAZZARETTI, Beatriz. Família e escola: contribuindo para o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. **Caderno Intersaberes** | vol. 5, n.6, p.1-13| jan. dez. 2016. <https://core.ac.uk/download/pdf/268169278.pdf> Acesso em: 2 nov. 2024

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL A CRIANÇA NEURODIVERGENTE NO ENSINO REGULAR: PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA UM DESAFIO A SUPERAR. Elizanir dos Santos SILVA; Simara de Sousa MUNIZ. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE NOVEMBRO - Ed. 56. VOL. 01. Págs. 50-69. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. *São Paulo*: Cortez, 2010.

LIMA, A. F. S. **Educação inclusiva e redes de apoio**: Caminhos para a inclusão escolar. EDUFBA, *Salvador*: 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. *Educação, [S. l.]*, v. 32, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/675> . Acesso em: 31 out. 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como fazer?** *São Paulo*: Summus Editorial, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/J.Lima/Downloads/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J.Lima/Downloads/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar%20(1).pdf) Acesso em 11 de nov.2024.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. (Organizadora). 4.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes,2011.

SAMPAIO, M. M. **Parceria entre escola e família**: Estratégias de acolhimento e inclusão. *Rio de Janeiro*: Lamparina, 2012.

SANTANA, Aline Canuto de Abreu; SILVA, Joelson Barreto; RODRIGUES, Dacirlene Miranda; SILVA, Luís Gonçalves da; PEREIRA, Marcelo Nunes; SANTANA, Janice Salles Soares; ARAÚJO, Marcelo Miguel de; ANDRADE, Clair de. O papel da família na educação: construindo pontes entre escola e lar. *Revista Políticas Públicas & Cidades, [S. l.]*, v. 13, n. 2, p. e1010, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1010>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTOS, Janaína Salustiano Dos. **A Importância da formação continuada de professores no processo inclusivo de estudantes com necessidades educacionais especiais**. 2019. P.80. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para ser apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16326> Acesso em: 03 nov.2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. *Rio de Janeiro*: WVA, 1997. [Construindo-uma-sociedade-para-todos-livro-sasaki-1.pdf](#) [3no07ogxvngd] Acesso em: 06 nov.2024.

SILVA, M.; MERCADO, E. L. de O. Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica. **Revista Teias de Conhecimento, [S. l.]**, v. 1, n. 4, 2024. DOI: 10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.22795. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/22795>. Acesso em: 12 nov. 2024.

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL A CRIANÇA NEURODIVERGENTE NO ENSINO REGULAR: PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA UM DESAFIO A SUPERAR. Elizanir dos Santos SILVA; Simara de Sousa MUNIZ. *JNT Facit Business and Technology Journal*. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2024 - MÊS DE NOVEMBRO - Ed. 56. VOL. 01. Págs. 50-69. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra **Revista Educação Especial**, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-18 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X69277> Acesso em: 11 de nov. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. *São Paulo*: Martins Fontes, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.